



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)

Aplicação: 29/07/2012

Duração da prova: 04 (quatro) horas

PEDAGOGO-ÁREA

INSTRUÇÕES

- O candidato receberá do fiscal:
 - o Um caderno de questões contendo 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha com cinco (05) alternativas e uma única correta.
 - o Após 1 (uma) hora, um cartão de respostas personalizado.
- É responsabilidade do candidato certificar-se de que o nome do cargo informado nesta capa de prova corresponde ao nome do cargo informado no ato da inscrição.
- Ao início da prova, verifique, no caderno de questões, se a quantidade e a numeração das questões estão corretas.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer essa prova. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo. Esse tempo inclui a marcação do cartão de respostas.
- Não será permitido ao candidato retirar-se da sala de prova antes de decorrida 1 (uma) hora do início dessa.
- O caderno de questões só poderá ser levado pelo candidato após decorridos 3 (três) horas do início da prova.
- O cartão de respostas NÃO poderá ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no cartão de respostas é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul (preferencialmente) ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme exemplo a seguir:



- Os três (03) últimos candidatos de cada sala somente poderão retirar-se do local simultaneamente.
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do fiscal de sala.

PORTUGUÊS

Leia o texto abaixo para responder às questões de 01 a 10.

Governo quer proibir venda de horário na TV

O governo prepara decreto que muda a legislação de concessões de rádio e TV. Batizado de novo marco regulatório da radiodifusão, o projeto prevê o fim de um "mercado paralelo" no setor, informa Julio Wiziack. Uma das mudanças de maior impacto é a proibição do aluguel de canais e de horários da programação. A lei atual não coíbe a prática de forma explícita, o que gerou a proliferação de programas religiosos e comerciais. (Folha de São Paulo, ANO 92, Nº 30.377, 03 de junho de 2012)

01 A partir da leitura do texto acima, pode-se inferir que:

I A proliferação de programas religiosos e comerciais é consequência das brechas da legislação de rádio e TV.

II O mercado paralelo de que trata o texto é legalizado pela lei atual, mas pratica atos considerados ilegais.

III O governo prepara medidas a fim de fechar brechas da lei atual de rádio e TV.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, II, III.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.
- E) Apenas em III.

02 Em “A lei atual não **coíbe** a prática de forma explícita”, o verbo coibir nessa frase pode ser substituído adequadamente pelos sinônimos abaixo, **EXCETO**:

- A) Obstar.
- B) Reprimir.
- C) Punir.
- D) Pungir.
- E) Empecer.

03 O vocábulo **QUE** é um importante mecanismo de coesão referencial. Na organização e construção de um texto uma de suas funções é dar continuidade às ideias, evitando a repetição de referentes. No texto acima, esse elemento é um pronome relativo nas duas ocorrências, substituindo, respectivamente:

- A) O governo prepara decreto – forma explícita.
- B) Governo – prática.
- C) Decreto – prática.
- D) Decreto - forma explícita.
- E) Decreto – o.

04 Das assertivas abaixo, assinale a **INCORRETA**.

A) Em “...o **que gerou a proliferação...**”, vocábulo **o** é, morfologicamente, um pronome demonstrativo.

B) Em “**o que gerou a proliferação...**”, o verbo está flexionado na 3ª pessoa do singular para concordar com o sujeito **que**.

C) Os adjetivos **religiosos** e **comerciais**, sintaticamente, são adjuntos adnominais especificadores do substantivo **programas**.

D) O vocábulo **e** é conjunção coordenativa aditiva na duas primeiras ocorrências e conclusivo na terceira.

E) Flexionando no plural a sequência em destaque “...**o projeto prevê** o fim de um ‘mercado paralelo’”, obtém-se **os projetos preveem ...**

05 Uma das formas de realçar, destacar um termo que, na frase, desempenha a função de objeto direto é flexionar o verbo na voz passiva. Esse efeito pode ser conferido ao objeto destacado na frase “O governo prepara **decreto...**” através da seguinte estrutura sintática:

- A) Decreto é preparado...
- B) Decreto foi preparado...
- C) Decreto será preparado...
- D) Decreto tem sido preparado...
- E) Decreto está sendo preparado...

06 Percebe-se no texto a predominância da função da linguagem:

- A) Referencial.
- B) Metalinguística.
- C) Fática.
- D) Conativa.
- E) Emotiva.

07 Observe as orações:

I “O governo prepara decreto que muda a legislação de concessões de **rádio** e TV” (início do texto).

II Comprei um **rádio** novo para ouvir os jogos da copa.

Analisando as palavras destacadas, percebe-se, especificamente, um caso de:

- A) Homônimos homófonos.
- B) Homônimos perfeitos.
- C) Homônimos homógrafos.
- D) Parônimos.
- E) Antônimos.

08 Com relação à linguagem empregada no texto, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Há predomínio da denotação.
- B) Não se percebe lirismo exacerbado.
- C) Está escrito em prosa.
- D) Se apresenta de forma objetiva.

E) Predomina o discurso direto.

09 Analise a predicação do verbo destacado na oração “...o projeto **prevê** o fim de um ‘mercado paralelo’ no setor...” e assinale a oração que apresenta um verbo de mesma transitividade:

- A) O homem que trabalha vence na vida.
- B) Todo mundo necessita de trabalho.
- C) O candidato dormiu muito e se atrasou para a prova.
- D) O candidato comprou um gabarito falso.
- E) O candidato permanecia perplexo com aquela questão de verbo.

10 No texto, aparece a expressão “mercado paralelo”. Se tivéssemos os substantivos “**mercado**” e “**feira**”, estaria **ERRADA** a opção:

- A) Mercado e feira paralela.
- B) Mercado e feira paralelos.
- C) Mercado e feira paralelas.
- D) Feira e mercado paralelo.
- E) Feira e mercado paralelos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11 A Lei nº 9.394/96 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Destaca no Art. 35: o ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I a consolidação e o aperfeiçoamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o progressamento de estudos;

II avaliação mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, seu objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

III a preparação básica para o trabalho e cidadania do educando, a fim de que continue aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

IV o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

V a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos relacionando teoria à prática, no ensino de cada disciplina.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, II, III e IV.
- B) II, III, IV e V.
- C) I, III, IV e V.
- D) I, II, III e V.
- E) I, II, IV e V

12 A educação tecnológica e a formação profissional no Brasil estão estruturadas, do ponto vista operacional, em dois níveis:

- A) Básico e técnico.
- B) Técnico ou tecnológico e superior.
- C) Básico e técnico ou superior.

D) Técnico e superior.

E) Básico e técnico ou tecnológico.

13 No capítulo III, da educação profissional, a Lei 9.394/96 estabelece a vinculação entre o trabalho, a ciência e a tecnologia, tornando-se, assim, uma referência primordial. É o que dispõe o artigo:

- A) 38
- B) 22
- C) 39
- D) 12
- E) 30

14 As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), no artigo 2º, determinam que a organização curricular de cada escola será orientada pelos valores apresentados na Lei 9.394/96, a saber:

I Os fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II As Diretrizes Curriculares têm como objetivo servir de referência para Instituição de Ensino Superior na organização de seus programas de formação [...], privilegiando a indicação das áreas do conhecimento a serem consideradas;

III Os que fortaleçam os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca.

É correto o que se afirma **APENAS** em

- A) I.
- B) II e III.
- C) III.
- D) I e III
- E) I e II

15 De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico, no artigo 10, os planos de curso, coerentes com os respectivos projetos pedagógicos, serão submetidos à aprovação dos órgãos competentes dos sistemas de ensino, no tocante:

- I Justificação e objetivos.
- II Requisitos de acesso.
- III Caracterização escolar.
- IV Perfil profissional de conclusão.
- V Organização curricular.
- VI Critérios de aproveitamento.

É correto o que se afirma **APENAS** em:

- A) I, II, IV e VI.
- B) I, III, IV e V.
- C) II, III, V e VI.
- D) III, IV, V e VI.
- E) I, III, V e VI

16 A Lei 9.394/96, no artigo 35, estabelece que o currículo do ensino médio observará, o disposto na Seção I, as seguintes diretrizes:

I destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e das culturas, língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.

II adequar-se-á à natureza do trabalho na zona rural.

III adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes.

IV promoverá o desporto educacional e apoiará as práticas desportivas não formais.

V incluirá uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar e uma segunda, em caráter

optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, II e III.
- B) II, III e IV.
- C) III, IV e V.
- D) I, II e IV.
- E) I, III e V.

17 De acordo com Libâneo (1984), a classificação e descrição das tendências pedagógicas poderão funcionar como instrumento de análise para o professor avaliar sua prática em sala de aula. Utilizando como critério a posição que esse profissional adota em relação aos condicionantes sociopolíticos da escola, as tendências pedagógicas podem ser classificadas em:

- A) Liberais e Metodológicas.
- B) Progressista e Racionalistas.
- C) Liberais e Progressistas.
- D) Progressivista e Escolanovista.
- E) Liberais e Tecnicistas.

18 Segundo Menegolla e Sant'Anna (2002), ao se planejar uma disciplina para determinada sala de aula, devemos seguir as estratégias para um melhor entendimento da sua sequência e das etapas. Diante disso, é **INCORRETO** afirmar:

- A) Conhecimento e análise da realidade do aluno, professor, da escola e da comunidade.
- B) Indefinição dos objetivos dos alunos e dos professores em relação à disciplina.
- C) Delimitação dos conteúdos mais significativos para atingir os objetivos.
- D) Escolha dos melhores procedimentos e técnicas de ensino.
- E) Seleção dos recursos humanos e materiais e estabelecimentos dos melhores processos de avaliação, melhores técnicas e instrumentos.

19 Na definição dos objetivos de uma disciplina ou de conteúdos, deve-se apresentar características básicas:

- A) Clareza, simplicidade, validade, operacionalidade e verdade.
- B) Clareza, simplicidade, validade, operacionalidade e observação.
- C) Clareza, simplicidade, validade, didática e conteúdo.
- D) Clareza, especificidade, observação, operacionalidade e validade.
- E) Clareza, interdisciplinaridade, simplicidade, validade, operacionalidade.

20 De acordo com Harold T. Johnson e outros autores (cf. MENEGOLLA e SANT'ANNA, 2002, p.86) apresentam-se alguns critérios gerais para a seleção dos conteúdos das disciplinas:

- A) Significação, adequação às necessidades sociais e culturais, interesse, validade, utilidade, possibilidades de reelaboração e flexibilidade.
- B) Definição, significação, listagem, interesse, validade, utilidade e flexibilidade.
- C) Significação, apreciação, simplicidade, interesse, validade, utilidade e possibilidade de reelaboração.
- D) Listagem, significação, adequação às necessidades sociais e culturais, interesse, validade, utilidade, possibilidades de reelaboração e flexibilidade.
- E) Significação, experiências, adequação às necessidades sociais e culturais, utilidade, validade, flexibilidade e interesse.

21 Em conformidade com a LDB (Lei Nº 9.394/96), no artigo 26, os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser implementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte:

A) Desenvolvida pelo estudo obrigatório da Língua Portuguesa e Matemática.

B) Integrante da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

C) Interdisciplinar, demandada na integração das disciplinas da base comum do currículo e as diversidades socioculturais das comunidades.

D) Corpo docente, pelos menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.

E) Diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

22 Segundo a LDB (Lei Nº 9.394/96), artigo 37, a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de:

A) Aprimoramento do educando, como pessoa humana, incluindo formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

B) Estudos no ensino fundamental e no médio na idade própria.

C) Compreensão do significado da ciência, das letras e das artes.

D) Processo histórico de transformação da sociedade e da cultura.

E) Instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.

23 Para Haidt (1999), o planejamento de currículo é a precisão dos diversos componentes curriculares cujas atividades serão desenvolvidas:

- A) Ao longo do curso, com a definição dos objetivos gerais e a previsão dos conteúdos programáticos de cada componente.
- B) Em cada escola, seguindo um esquema de ação.
- C) Nas sociedades complexas, do ponto de vista organizacional.
- D) Nas condições existentes, prevendo as formas alternativas de ação para superar as dificuldades.
- E) Na vida de todos os indivíduos, nos mais variados momentos.

24 O plano de disciplina é um instrumento na sistematização da ação concreta do professor. Portanto, o professor ao elaborar um plano de disciplina deve considerar as características essenciais:

- A) Praticidade e realismo, funcionalidade, simplicidade, flexibilidade, utilidade.
- B) Objetividade e realismo, funcionalidade, simplicidade, flexibilidade, utilidade.
- C) Identidade e realismo, funcionalidade, simplicidade, flexibilidade, utilidade.
- D) Integridade e realismo, funcionalidade, simplicidade, flexibilidade, utilidade.
- E) Finalidade e realismo, funcionalidade, simplicidade, flexibilidade, utilidade.

25 Proporcionar aos alunos os meios para que assimilem ativamente os conhecimentos é a finalidade:

- A) Dos temas fundamentais da Didática.
- B) Da didática como atividade pedagógica escolar.
- C) Dos conteúdos escolares e ação do professor.
- D) Do processo de ensino.
- E) Dos objetivos específicos.

26 Sequência de atividades do professor e dos alunos, tendo em vista a assimilação de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades através das quais os alunos aprimoram capacidades cognitivas. Essa definição se coaduna com:

- A) Processo de ensino.
- B) Trabalho docente.
- C) Didática.
- D) Pedagogia.
- E) Planejamento.

27 É um meio para se programar as ações docentes, mas também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação. Trata-se da definição de:

- A) Escola.
- B) Currículo
- C) Avaliação
- D) Planejamento
- E) Conteúdos.

28 Há três modalidades de planejamento, articuladas entre si, que são:

- A) Plano da escola, Plano de ensino e o Plano de aulas.
- B) Planificação, Plano de formas organizativas e Conteúdos.
- C) Plano avaliativo, Plano de ensino e Plano de atividades.
- D) Plano da escola, Plano de tarefas e Plano de aula.
- E) Plano de aulas, Plano de curso e Plano avaliativo.

29 Conforme Libâneo (1994), para que os planos sejam efetivamente instrumentos de ação, devem ser como guia de orientação e apresentar:

- A) Subjetividade, ordem sequencial, coerência, flexibilidade.
- B) Guia de ordem, ordem sequencial, objetividade, coerência.
- C) Ordem sequencial, objetividade, coerência e flexibilidade.
- D) Guia de orientação, ordem de método, objetividade e flexibilidade.
- E) Ordem sequencial, objetividade, sequência das técnicas, flexibilidade.

30 Os objetivos e tarefas da escola democrática, as exigências dos planos e programas oficiais, as condições prévias dos alunos para aprendizagem, os princípios e as condições do processo de transmissão e assimilação ativa dos conteúdos são os principais requisitos para:

- A) Avaliação.
- B) Escola.
- C) Ensino.
- D) Planejamento.
- E) Cultura.

31 É um roteiro organizado das unidades didáticas para um ano ou semestre:

- A) Plano de aula.
- B) Plano de ensino.
- C) Processo didático.
- D) Plano de ação.
- E) Plano diário.

32 É uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho do docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem, na apreciação quantitativa e qualitativa sobre os dados relevantes do processo:

- A) Avaliação.
- B) Planejamento.
- C) Plano de aula.
- D) Plano de unidade.
- E) Plano de curso.

33 A avaliação orienta na tomada de decisões em relação às atividades didáticas, nos diversos momentos do processo de ensino. São tarefas dessa etapa:

- A) Verificação, assimilação e qualificação.
- B) Qualificação, quantificação e apreciação.
- C) Verificação, qualificação e tomada de decisão.
- D) Verificação, qualificação, assimilação e apreciação.
- E) Verificação, qualificação e apreciação qualitativa.

34 A avaliação contribui para a melhoria da qualidade da aprendizagem e do ensino. A partir disso, a avaliação pode ser:

- A) Contínua e sistemática, funcional, orientadora e integral.
- B) Contínua e sistemática, funcional, qualitativa e concepção.
- C) Contínua e sistemática, funcional, concepção e orientadora.
- D) Funcional, contínua e sistemática, pedagógica e integral.
- E) Orientadora, integral, funcional e pedagógica.

35 Para Luckesi (2011), o plano que dirige todas as atividades numa escola, sejam elas pedagógicas ou administrativas, unificando e orientando todas as ações executadas, constitui-se em um Projeto:

- A) De Ensaio.
- B) De Pesquisa.
- C) Político Pedagógico.
- D) Político Avaliativo.
- E) Político de Educação.

36 Que instrumento contém o processo de acompanhamento contínuo das atividades e implementação das mudanças necessárias à retomada da missão proposta pela instituição?

- A) Avaliação escolar.
- B) Avaliação dinâmica.
- C) Avaliação Institucional.
- D) Avaliação da Aprendizagem.
- E) Avaliação do ensino e da aprendizagem.

37 Segundo Libâneo (1986), a Pedagogia Progressista no Brasil manifesta-se em três tendências:

- A) Libertária, Libertadora e Tecnicista.
- B) Libertária, Libertadora e Renovada.
- C) Libertária, Tradicional e Crítico-social dos Conteúdos.
- D) Libertária, Escolanovista e Crítico-social dos Conteúdos.
- E) Libertária, Libertadora e Crítico-social dos Conteúdos.

38 Durante o processo histórico que resultou na escola que conhecemos atualmente, muitas mudanças aconteceram. Uma das mais significativas refere-se à organização dos conteúdos escolares, predominantemente por disciplinas, e à sua distribuição ao longo da duração do período de estudos, com fundamentação filosófica, sociológica,

política, psicológica e epistemológica, resultado da produção e estruturação do(a):

- A) Avaliação Educacional.
- B) Avaliação escolar.
- C) Currículo escolar.
- D) Avaliação Curricular.
- E) Currículo avaliativo.

39 A partir dos Gregos, notadamente a partir do século III a. C., o pensamento humano buscou justificar racionalmente o mundo físico e espiritual; a razão passou a ser o motivo do pensamento, do mundo real e material do conhecimento, da vida, da política e da sociedade. Esse conjunto de idéias, coerentemente concatenadas, explicativas da existência de tudo o que existe denomina-se:

- A) Psicologia.
- B) Sociologia.
- C) Filosofia.
- D) Antropologia.
- E) Pedagogia.

40 Segundo Silva (2007), os conceitos de uma teoria organizam e estruturam nossa forma de ver a “realidade” [...]; Por meio do exame dos diferentes conceitos, distinguimos as diversas teorias do currículo, dentre as quais a teoria crítica, que desloca a ênfase dos conceitos simplesmente pedagógicos de ensino e aprendizagem para os conceitos de:

- A) Razão e poder.
- B) Ideologia e teoria.
- C) Ideologia e poder.
- D) Poder e conexões.
- E) Ideologia e avaliação

LEGISLAÇÃO/DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

INSTRUÇÃO: leia atentamente os textos I e II, abaixo, e responda a questão 1.

TEXTO I

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece que “ a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. 45. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011. Coleção Saraiva de Legislação, p. 154).

TEXTO II

Segundo o constitucionalista José Afonso da Silva, “ o art. 205 contém uma declaração fundamental que [...] eleva a educação ao nível dos direitos fundamentais do homem. Aí se afirma que *a educação é direito de todos*, com o que esse direito é informado pelo princípio da universalidade. Realça-lhe o valor jurídico por um lado, a cláusula – *a educação é dever do Estado e da família* –, constante do mesmo artigo, que completa a situação jurídica subjetiva, ao explicitar o titular do dever, da obrigação, contraposto àquele direito. Vale dizer: todos têm o direito à educação e o Estado tem o dever de prestá-la, assim como a família”. (SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Malheiros, 2009, p. 312).

41 A partir da leitura dos textos I e II e com base nos conhecimentos sobre os dispositivos da CF/88 que tratam sobre educação, podemos afirmar que:

A) Segundo a Constituição Federal de 1988, o ensino em nosso país será ministrado com base em vários princípios. Entre esses, podemos arrolar a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

B) A Carta Magna estabelece que o dever do Estado com a educação básica será efetivado mediante a seguinte garantia: educação obrigatória e gratuita dos 7 (sete) aos 20 (vinte) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita na educação profissional e tecnológica para todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

C) A CF/88, dispõe que a educação, como direito de todos e dever do Estado e da família, deverá ser assegurada através do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede de escolas para portadores de necessidades especiais; da progressiva universalização do ensino médio gratuito e da expansão da educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 (seis) anos de idade.

D) O atendimento a todos os alunos matriculados nas várias etapas da educação profissional e tecnológica e do ensino superior, por meio de programas suplementares de doação de material didático-escolar e alimentação, transporte gratuito e assistência integral à saúde, bem como o incentivo ao acesso de todos os professores aos níveis mais elevados da pesquisa científica e tecnológica são garantias constitucionais dispostas na CF/88.

E) Segundo a Constituição Cidadã, o ensino, em seus vários níveis e modalidades, será ministrado com base nos princípios da garantia de padrão de qualidade e do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, vedando a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

42 A vedação à acumulação remunerada de cargos públicos tem sua fundamentação

constitucional prevista no art. 37 da Constituição Federal, com redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 19/98 e 20/98. Senão vejamos:

CF/88, Art. 37, XVI: é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, [...]:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Com relação à acumulação remunerada de cargos públicos, Filho (2009) assevera que:

“ [...] Se o servidor acumula remuneradamente cargos [...] públicos, a sua situação encerra violação ao estatuto constitucional. Uma vez consumada tal situação, é de se perguntar quais os efeitos que dela provêm. Adequada solução é a concebida pela Lei nº 8.112/90, pertinente aos servidores públicos federais.” (FILHO, José dos santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. 22 ed. Revista, ampliada e atualizada. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2009, p. 627).

A partir das informações acima, sobre as regras constitucionais e legais acerca da acumulação de cargos públicos, assinale a alternativa correta:

- A) Segundo prescreve a Lei 8.112/90, detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos públicos, a autoridade máxima do órgão notificará o servidor para apresentar opção no prazo de 30 dias, contados da data da ciência, prorrogados por mais 30 dias.
- B) A norma constitucional (CF/88) ao mesmo tempo em que proíbe a acumulação remunerada de cargos públicos, admite a acumulação lícita apenas nos cargos de professor ou enfermeiro, desde que haja compatibilidade de horários.

C) O dispositivo legal (Lei 8.112/90) sobre acumulação de cargos públicos, prevê que na hipótese de omissão do servidor à notificação para apresentar opção, no prazo de 30 dias, a chefia imediata do servidor adotará procedimento de sindicância disciplinar para apuração.

D) A Constituição Federal de 1988 admite a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, em algumas situações que expressamente menciona.

E) Segundo o dispositivo da Lei 8.112/90 sobre acumulação de cargos públicos, se ficar provada a boa-fé do servidor na acumulação proibida, deve ele optar pelo cargo mais antigo, sendo obrigado a restituir ao erário o que tiver percebido indevidamente nos dois cargos.

43 No que diz respeito às disposições constitucionais sobre as regras para investidura em cargo, emprego ou função pública, **NÃO** é correto afirmar que:

- A) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.
- B) As nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, dependem da aprovação do servidor comissionado em exame de proficiência em gestão pública.
- C) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- D) Os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- E) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos

estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

44 Leia os trechos do retângulo abaixo, sobre dispositivos da Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

Conforme disposto no parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais são instituições detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O artigo 17 da Lei nº 11.892/2008 tutela a constituição do patrimônio de cada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Considerando os dispositivos legais acima referidos, analise as afirmativas abaixo sobre a natureza jurídica e as formas de constituição do patrimônio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI):

I O IFPI é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

II O patrimônio do IFPI é constituído, também, pelos bens e direitos que compunham o patrimônio do antigo CEFET-PI, os quais ficaram automaticamente transferidos com reservas ou condições ao IFPI.

III O patrimônio do IFPI é constituído, também, pelos bens e direitos que o IFPI vier a adquirir.

IV O IFPI é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia (MEC).

V O patrimônio do IFPI é constituído apenas pelos bens e direitos que compunham o patrimônio do antigo CEFET-PI e pelas doações ou legados que receber.

VI O IFPI tem natureza jurídica de fundação pública federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

VII O patrimônio do IFPI é constituído, também, por incorporações que resultem de serviços por ele realizado.

VIII O patrimônio do IFPI é constituído, ainda, pelos bens e direitos obtidos a partir dos recursos adquiridos após a alienação de bens móveis e imóveis inservíveis, sendo vedado o recebimento de legados.

Está correto o que se afirma em:

A) I, II e VI, apenas.

B) I, III e VII, apenas.

C) II, III, IV e VII, apenas.

D) II, IV, V e VIII, apenas.

E) III, V, VII e VIII, apenas.

45 Provimento é o ato praticado pela autoridade competente de cada Poder com vistas a promover o ingresso, dar posse e exercício, e a movimentação do servidor público ocupante de cargo público (DINIZ, Paulo de Matos Ferreira. **Lei 8.112/90 Comentada**. 10 ed. Atualizada e Revisada. São Paulo: Editora Método, 2009, p. 99).

Sobre as formas de provimento de cargo público, conforme a Lei 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e suas fundações públicas federais, analise as afirmativas abaixo e assinale V (verdadeiro) ou F (falso):

I () A nomeação em cargo em comissão far-se-á em caráter efetivo quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira, independente de prévia habilitação do servidor em concurso público de provas ou de provas e títulos.

II () A promoção interrompe o tempo de exercício do serviço público, que é contado a partir do novo posicionamento na carreira após a data de publicação da Portaria que promover o servidor.

III () A posse, como uma forma de provimento de cargo por nomeação, deverá ocorrer no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da publicação do ato de nomeação, não podendo ser realizada mediante procuração específica.

IV () A readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

V () Uma das modalidades de remoção do servidor é a denominada remoção a pedido, para outra localidade, independente do interesse da Administração, para acompanhar cônjuge,

também servidor público que foi deslocado a pedido, a critério da Administração.

VI () A reversão é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

Assinale a sequência correta:

A) V, V, F, F, F, V

B) V, F, F, F, V, V

C) F, F, F, V, F, F

D) F, F, F, V, V, F

E) F, V, V, V, F, V

46 Dissertando sobre os procedimentos apuratórios das faltas disciplinares no serviço público, Costa (2010) assevera que

“ A simples notícia de ocorrências disciplinares não é o bastante para que se aplique, com juridicidade, a reprimenda respectiva, conforme previsão do regulamento. A legítima repressão disciplinar requer bem mais que isso. Exige que a transgressão funcional e sua autoria sejam devidamente apuradas em procedimento regular. É essa a garantia resultante do publicístico princípio do devido processo legal, o qual enuncia que toda e qualquer medida punitiva deve ser precedida da necessidade apuração, em que se tenha assegurado ao acusado oportunidade de ampla defesa [e do contraditório]. “ (COSTA, José Armando. **Processo administrativo disciplinar – Teoria e prática**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 89).

Neste sentido, em matéria de regime disciplinar no serviço público federal, o art. 127 da Lei 8.112/90 prevê que

“ São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

V - destituição de cargo em comissão;

VI - destituição de função comissionada.”

Assinale a alternativa correta sobre a aplicação das penalidades no caso de cometimento por servidor público de infração disciplinar, conforme previsto nos dispositivos legais do Título IV da Lei 8.112/90 (Do Regime Disciplinar):

A) “Ao servidor é proibido retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição “

(inciso II, do art. 117, da Lei 8.112/90). Neste caso, a penalidade a ser aplicada é a de suspensão, não podendo exceder a 60 (sessenta) dias.

B) Ao servidor público que utiliza seu “cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública” (inciso IX, do art. 117, da Lei 8.112/90), a penalidade a ser aplicada é a de destituição de cargo em comissão ou função comissionada por um período de, no máximo, 90 (noventa) dias.

C) Ao servidor público é proibido opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço (inciso IV, do art. 117, da Lei 8.112/90). Neste caso, a penalidade a ser aplicada é a de advertência verbal da chefia imediata do servidor.

D) A demissão do serviço público ou cassação de aposentadoria serão aplicadas nos casos de crime contra a administração pública (inciso I, art. 132, da Lei 8.112/90), prática de usura sob qualquer de suas formas (inciso XIV, do art. 117, da Lei 8.112/90) e promoção de manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição (inciso V, do art. 117, da Lei 8.112/90).

E) Nos casos de “inassiduidade habitual” (inciso III, do art. 132, da Lei 8.112/90) e “ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem” (inciso VII, do art. 132, da Lei 8.112/90), a penalidade a ser aplicada será a de demissão.

47 O art. 8º da Lei 11.091/2005 (que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação) estabelece as “atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações.”

Sendo assim, responda: são atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, **EXCETO**:

A) Executar atividades gerais e não-afins ao cargo, organizadas a partir das necessidades das Instituições Federais de Ensino, independente de desvio de função.

B) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino.

C) Executar tarefas específicas, a fim de assegurar a eficiência e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Instituições Federais de Ensino.

D) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino.

E) Executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha.

48

Deontologia: O estudo dos princípios, fundamentos e sistemas de moral. Tratado de deveres (*Dicionário Aurélio Buarque*).

Deontologia: Ciência dos deveres (*Dicionário Caldas Aulete*).

Sobre as regras deontológicas dispostas no capítulo I do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), **NÃO** é correto afirmar que:

A) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

B) A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos, direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência em fator de legalidade.

C) O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto.

D) A moralidade da Administração Pública se baseia na distinção entre o bem e o mal, não devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. Ademais, mesmo havendo desequilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, a moralidade do ato administrativo sempre será estabelecida.

E) O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até imprudência no desempenho da função pública.

49 O Regimento Interno Geral do Instituto Federal do Piauí (IFPI) é um manual que descreve, de forma estruturada e sistemática, as descrições sumárias e as competências das unidades organizacionais pertencentes à estrutura organizacional, conforme estrutura organizacional aprovada pela Resolução nº 019/CONSUP e Portaria da Reitoria nº 1203, de 24/11/2011, publicadas no Boletim de Serviço – Edição Extra nº 04, de 24/11/2011. (IFPI. **Regimento Interno Geral**: Resolução n 020/2011 – CONSUP. Teresina: IFPI, 2011, p. 4).

Com relação à estrutura organizacional do Instituto Federal do Piauí (IFPI), analise os itens abaixo:

I A administração do IFPI é composta unicamente pela Reitoria e pelas Pró-Reitorias, com a colaboração dos órgãos superiores, colegiados e demais unidades organizacionais consultivas vinculadas à Reitoria.

II A Auditoria Interna Geral do IFPI é a unidade organizacional de controle interno, responsável por assistir aos gestores do IFPI quanto às matérias que, no âmbito de sua atuação, sejam concernentes à defesa do patrimônio público e fortalecimento da gestão, por meio de atividades de auditoria, correição, controladoria e ouvidoria.

III O Conselho Superior do IFPI (CONSUP) é o órgão superior consultivo e de apoio ao processo decisório da Reitoria, em matérias e assuntos com abrangência para o IFPI na capital e no interior do estado.

IV A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos (CIS/PCCTAE) é a unidade organizacional de assessoramento dos diretores gerais dos campi para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal técnico-administrativo do IFPI.

V O Colégio de Dirigentes do IFPI (COLDIR), de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão superior colegiado máximo de apoio ao processo decisório

dos diretores gerais dos campi, em matérias relativas à gestão pública.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, III e V, apenas.
- B) II, IV e V, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, apenas.
- E) II, apenas.

50 A Resolução nº 1, de 31 de agosto de 2009 (publicada no Diário Oficial da União nº 168, de 02/09/2009, p. 20), que aprova o Estatuto do Instituto Federal do Piauí, estabelece em seu art. 3º que a atuação do IFPI ocorra com base na observância de vários princípios norteadores.

Sendo assim, analise os itens abaixo:

I Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.

II Horizontalização do ensino e sua integração direta com os órgãos do Sistema “S” (SESI, SENAI, SEBRAE, SENAC e SEST/SENAT).

III Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão de conhecimento científico, tecnológico, artístico-cultural e desportivo e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.

IV Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas.

V Natureza filantrópica, confessional e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União e dos municípios-sede de seus campi.

VI Coexistência e cooperação de órgãos ou instituições públicas e privadas de ensino na gestão compartilhada de sua estrutura organizacional multicampi.

Dessa forma, responda: considerando o art. 3º do Estatuto do IFPI, **NÃO** são princípios que norteiam a atuação do Instituto Federal do Piauí:

- A) Os contidos nos itens I, II e V, apenas.
- B) Os contidos nos itens II, III e VI, apenas.
- C) Os contidos nos itens II, V e VI, apenas.
- D) Os contidos nos itens III, IV e V, apenas.
- E) Os contidos nos itens IV, V e VI, apenas.

